

VINÍCIUS JALLAGEAS

JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE



ASPECTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS

tirant
lo blanch

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
<i>James Alberto Siano</i>	
PREFÁCIO.....	15
<i>Marcelo J. M. Bonizzi</i>	
INTRODUÇÃO.....	17
<i>CAPÍTULO I</i>	
A ASCENSÃO DO DIREITO À SAÚDE	21
1. Evolução histórica da saúde como direito fundamental	21
2. Positivização do direito à saúde no âmbito constitucional e infraconstitucional	25
2.1. Notas sobre a legislação básica no Sistema de Saúde Brasileiro	32
<i>CAPÍTULO II</i>	
ANÁLISE SISTÊMICA DO DIREITO À SAÚDE	34
1. Necessárias distinções conceituais para a compreensão da saúde como conteúdo do direito e o direito à saúde	34
2. O direito à saúde é absoluto ou pode ser limitado?	39
3. Breves considerações acerca do Sistema Único de Saúde e a reforma sanitária.....	41
<i>CAPÍTULO III</i>	
CONTROLE DE POLÍTICA PÚBLICA NA ÁREA DO DIREITO À SAÚDE.....	45
1. Considerações iniciais	45
2. Políticas públicas na área da saúde e seu controle judicial	45
3. Políticas Públicas e os limites de atuação do Poder Judiciário.....	49
4. Considerações sobre o Controle Judicial das Políticas Públicas	52
4.1. A função do Poder Judiciário e o Controle Jurisdicional	54
4.2. Tutela coletiva e os direitos metaindividuais.....	59
4.3. Sistema Processual e as demandas de natureza política	62
5. O SUS tem que fornecer qualquer tipo de medicamento?	64
<i>CAPÍTULO IV</i>	
INSTRUMENTALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE	69
1. Sistema Híbrido de Saúde Brasileiro e a judicialização da saúde	69
2. Atuação do Poder Judiciário na efetivação e concretização do direito à saúde	73
3. Instrumentalidade do Direito à Saúde. De que forma a tutela é prestada?	75
3.1. Tutelas provisórias no direito à saúde.....	78
3.2. Métodos de eficácia e efetivação das tutelas provisórias no direito à saúde.....	81
3.3. Tutela de urgência satisfativa e sua (ir)reversibilidade.....	89

3.4. Efeitos e consequências decorrentes da revogação da tutela provisória.....	93
3.5. Medidas para o descumprimento de decisão judicial.....	97

CAPÍTULO V

ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE E SUAS PECULIARIDADES	101
1. Acesso à saúde pública	101
2. Acesso à saúde privada	102
3. Sistema Híbrido de Saúde Brasileiro e a Multiplicidade de entes	103
4. Qual sistema funciona melhor? Público é melhor que privado? Que instrumentos processuais temos em relação a rede pública e ao direito privado?.....	106

CAPÍTULO VI

PONTOS CONTROVERTIDOS DO DIREITO À SAÚDE.....	108
1. Contrato de Gestão e a legitimidade passiva da Municipalidade, in(ocorrência) de responsabilidade do ente público	108
2. Erro médico: legitimidade passiva dos hospitais e o cabimento de denúncia excepcional da lide.....	110
3. Operadoras de Planos de Saúde e medicamentos sem registro na ANVISA, distinguishing e o tema 990 do STJ.....	114
4. Ônus da prova na judicialização da saúde.....	118
5. (Im)possibilidade de sequestro de valores para custeio de medicamentos em caso de dedução de pretensão em face do Poder Público.....	125
6. Intervenção judicial contra entidade pública para solução de problemas relacionados à organização e atendimento nos serviços de saúde	129

CAPÍTULO VII

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS E O DIREITO À SAÚDE.....	134
1. Aspectos introdutórios	134
2. Produção antecipada de provas e a desjudicialização da saúde.....	136
3. Fundamentos da produção da prova no direito à saúde	136

CAPÍTULO VIII

MECANISMOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO AO DIREITO À SAÚDE	139
1. Saturação do Poder Judiciário e o Direito à Saúde.....	139
2. Sistema Multiportas e o Direito à Saúde	141
2.1. Notas introdutórias	141
2.2. Conciliação e mediação para dirimir conflitos no direito à saúde e seus marcos regulatórios	142
2.3. Arbitragem como meio consensual de solução de conflito no direito à saúde....	150
2.3.1. Natureza jurídica da Arbitragem	151
2.3.2. Direitos disponíveis e o direito à saúde.....	153
2.3.3. Arbitragem e o Sistema Público de Saúde.....	159

2.3.4. O sistema multiportas no direito alienígena. Alternative Dispute Resolution e o direito à saúde.....	161
2.3.5. Vantagens dos métodos consensuais de solução de conflito no Direito à Saúde.....	166
2.3.6. Semelhanças da arbitragem no Brasil e Portugal que se aplicam ao direito à saúde	167
3. Jurimetria e análise preditiva do Direito à Saúde	170

CONCLUSÃO	176
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
Bibliografia da internet	184